

**REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO  
ASSENTAMENTO ANTÔNIO DE FARIAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES,  
RJ**

Alícia Vetoraci Munaldi<sup>1</sup>, Maria Laura Campos Barros<sup>2</sup>, Vanuza da Silva Pereira Ney<sup>3</sup>,  
Maria do Socorro Bezerra de Lima<sup>4</sup>

A pesquisa é fruto do projeto PIBIC/CNPq 2020-2021 da UFF e buscou analisar a dinâmica do desenvolvimento rural e sua relação com a reforma agrária e a agricultura familiar no Assentamento Antônio de Farias, localizado em Campos dos Goytacazes, RJ. Para isso, a revisão teórica e histórica acerca da reforma agrária no Brasil foi feita com base na literatura sobre o tema, bem como os indicadores disponíveis nos sites sobre o tema, como o INCRA. Para o estudo do assentamento Antônio de Farias foi utilizado os dados obtidos junto ao ITERJ, e também documentos produzidos em pesquisas anteriores pelo Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, NERU/UFF.

A questão agrária no Brasil é um tema muito debatido na literatura brasileira, em especial porque para grande parte dos pesquisadores, o Brasil não fez a tão esperada "reforma agrária". A questão agrária como tem sido feita no Brasil é um entrave ao desenvolvimento brasileiro e condição para uma sociedade mais justa. (GRAZIANO, 1981; LEITE et al., 2004) Nesse sentido também, na revisão em torno da questão agrária o tema incorre em muitas controvérsias, principalmente no meio acadêmico, onde encontramos várias correntes, com diferentes interpretações sobre a reforma agrária no Brasil. Entre as correntes Guanziroli, et al (2001) destaca quatro visões sobre o papel que a reforma agrária desempenha no processo de desenvolvimento do país: 1. "O novo Mundo Rural"; 2. "O Banco Mundial"; 3. "A reforma Agrária Viável" e 4. "A Reforma Agrária MST"

O caso do assentamento Antônio de Farias reflete a realidade brasileira de políticas de assentamentos rurais resultante da pressão dos movimentos sociais. Além disso, os governos brasileiros não criaram condições institucionais e financeiras suficientes para uma real

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: alicia.vetoraci17@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: laura.camposb@hotmail.com

<sup>3</sup> Profa. orientadora. Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br

<sup>4</sup> Profa. orientadora. Departamento de Geografia de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: msblima@id.uff.br

estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos, evidenciando a inexistência de um plano de desenvolvimento rural integrado às ações de distribuição de terras. O Estado distribuiu terras, mas não investiu recursos necessários num planejamento de longo prazo.

O assentamento Antônio de Farias compartilha desta realidade e os principais problemas encontrados foram: a dificuldade de acesso a assistência técnica, e a dificuldade de acesso ao crédito. Nesse sentido, os principais entraves ao êxito da produção agrícola, e, portanto, da geração de emprego e renda, persistem no Assentamento e carecem de políticas que ofereçam acompanhamento e treinamento às famílias. O impacto dos créditos na produção pode ser percebido quando se analisa a finalidade mais usual dos mesmos. A utilização dos créditos para custeio da produção agrícola é de 100% no caso do assentamento Antônio de Farias, o que demonstra a necessidade que os assentados possuem de recursos para a manutenção e reprodução da produção agropecuária, o que nem sempre é possível devido ao atraso na liberação dos recursos. As assistências técnicas prestadas pelo estado do Rio de Janeiro, como EMATER, não tem sido proveitosa a ponto de não considerar as peculiaridades e especificidades do assentamento nas suas características físicas e humanas.

Tais problemas como falta de assistência técnica e atraso na liberação de recursos representam a política adotada desde os anos 1990, ou seja, a de simplesmente criar projetos de assentamentos e disponibilizar, embora precariamente, acompanhamento, assistência e recursos financeiros para garantir a permanência e consolidação das famílias no lote.

A criação de assentamentos não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetivas de produção, comercialização e melhoria das condições de vida, uma vez que as obras de infraestrutura - produtiva e social - necessárias não são realizadas na maior parte dos assentamentos criados. Não há estradas para escoamento da produção, não há assistência técnica, ou esta é precária, não há escolas nem postos de saúde, ou há, mas não funcionam.

O assentamento Antônio de Farias e os projetos de assentamentos de um modo geral têm sua capacidade de geração de emprego e renda freados dadas as dificuldades encontradas. Com os estímulos corretos, quais seja a presença de assistência técnica para diminuir a dificuldade em lidar com a terra, o crédito liberado no momento adequado e a criação de canais de comercialização direcionados aos produtos da reforma agrária, os resultados poderão se transformar em estruturais e permanentes.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa buscou entender a dinâmica do desenvolvimento rural e sua relação com a reforma agrária e a agricultura familiar no do Assentamento Antônio de Farias e Campos dos Goytacazes, RJ.

### **Referências**

GRAZIANO da Silva, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

LEITE, Sérgio; Heredia, Beatriz. et al. **Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil.** Rio de Janeiro, 2004.